



# A agonia da memória em Guerras do Brasil.Doc

The agony of memory in  
Guerras do Brasil.Doc

## **Stamberg José da Silva Júnior**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN.

## **André Bonsanto**

Professor colaborador e bolsista de Pós-doutorado (PNPD/CAPES) junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense - UFF.



## Resumo

Fruto de uma análise imagético-discursiva do primeiro episódio da série *Guerras do Brasil.doc*, intitulado *As Guerras da Conquista*, disponível na Netflix, este artigo aborda os conflitos em uma contenda pela representação do real a partir de recursos simbólicos que permeiam a mnemônica quando associada aos traumas históricos, à guerra e a uma certa “holocaustização” das práticas de memória nacional. Visamos dialogar a narrativa seriada com autores pós-colonialistas, historiadores e filósofos modernos e contemporâneos para entender os processos de subjetivação cognitiva desses discursos no audiovisual, debatendo-os enquanto agentes na apreensão do conhecimento, do real e da construção de um imaginário.

**Palavras-chave:** Narrativas Seriadas; Memória; História; *Guerras do Brasil.doc*

## Abstract

Result of an image-discursive analysis of the first episode of the serial narrative *Guerras do Brasil.doc*, entitled *As Guerras da Conquista*, available in the Netflix catalog, the paper address the conflicts in a dispute for the representation of the real from symbolic resources that permeate the mnemonic when associated with historical traumas, war and a certain “holocaustization” of national memory practices. We aim to dialogue the serial narrative with post-colonialist authors, historians and modern and contemporary philosophers to understand the processes of cognitive subjectivation of these discourses in audiovisual, debating them as agents in the apprehension of knowledge, reality and construction of an imaginary.

**Keywords:** Serial narrative; Memory; History; *Guerras do Brasil.doc*.



## Apresentação

Não existe paz quando se trata da natureza humana. O caos ao qual estamos todos submetidos faz parte de um ser que é, em si mesmo, agonístico, trágico - como bem argumenta Nietzsche (1992) em *O Nascimento da Tragédia* - paradoxal e ambivalente. As contradições ontológicas que nos moldam são os elementos fundamentais para a condição de um humano demasiado humano: a contingência exige que a nossa existência se dê em toda a sua potência, em sua máxima plenitude. Diante de um mundo interior repleto pelas agonias, o homem, que é movido pelos desejos, conforme Freud (1978), luta desde o início dentro de si mesmo para sobreviver. Seguindo a lógica da evolução darwiniana, que considera os mais fortes como os que sobreviveram às intempéries da expansão da vida, a luta foi e é necessária para a sobrevivência dos seres que aqui habitam. Estamos sempre em dissonância dentro e fora de nós. O conflito, que já se inicia internamente, parte também para o social. Se em estado de natureza, estamos sempre nos defrontando com o outro como sendo o predador, como argumenta Hobbes (2003), em que precisamos de alianças para lidar com a existência em troca de segurança e proteção, o que nos confere uma natureza movida pelo interesse, não podendo fugir da forma ontológica e de luta pela sobrevivência e disputa de poder - visto que somos seres políticos, segundo Aristóteles (2007) - os seres humanos transplantam a agonia dentro de si para fora, resultando, muitas vezes, em guerra.

A existência humana sempre foi marcada pela guerra. Há possibilidade de estarmos em disputa desde os primeiros homínídeos, visto que apenas alguns de nossos ancestrais resistiram e chegaram àquilo que somos hoje: os rastros do que restou de nós. Em sua *Microfísica do Poder*, Foucault (1979) nos apresenta o conjunto de forças existente nas relações sociais mais triviais da existência: o ser humano parece precisar do conflito para a manutenção de sua sobrevivência. Não existe paz quando a guerra, a disputa pelo poder - a busca incessante pela satisfação do desejo - é o motor da ação humana. Ao nos relacionarmos com o outro, o poder faz com que o processo dialógico estranhe o que é diferente de nós. Nessa disputa, a história passou, durante muito tempo, a ser contada a partir da perspectiva daquele que vence o conflito.

Os vencedores, aqueles que impõem o seu poder não apenas de maneira bélica, mas também simbólica, narram as vivências a partir de suas perspectivas, o que acaba sendo perpetuado pelo tempo. Assim, construímos vários mitos, por exemplo, em relação ao processo de colonização brasileira - os chamados mitos "fundadores" ou "fundacionais". Entre eles, a ideia de que os povos



nativos não foram escravizados porque eram “preguiçosos”; ou que a colonização possa ter ocorrido de forma harmônica - como sugere, segundo alguns críticos, Gilberto Freyre (2001) em *Casa Grande e Senzala*; ou pinturas como *Primeira Missa no Brasil* (1860 - Victor Meirelles); ou até mesmo clássicos da literatura romântica brasileira em livros como *Iracema*, de José de Alencar (1958).

O primeiro episódio da série *Guerras do Brasil.doc*, intitulado *As Guerras da Conquista*, apresenta uma versão distinta daquela reconhecida como a oficial. Dirigido por Luiz Bolognesi, o documentário de vinte e seis minutos traz um olhar que rememora os tempos conflituosos da época do Brasil Colonial a partir da perspectiva dos vencidos, que apresentam seus discursos como forma de ressignificação de um passado doloroso. São apresentadas as resistências, os focos de tensão que tomam o indígena não como objeto aos olhos do colonizador europeu, mas como um semelhante em disputa pelo território, mostrando registros não de uma sobrevivência bem sucedida, mas de uma memória que se faz presente também em “imagens, apesar de tudo” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p.15). Assim, este trabalho objetiva discutir o primeiro episódio da série da Netflix, buscando a compreensão da importância da memória - e da guerra - a partir da História Pública e debatendo a relevância dos meios de comunicação como alimentadores no processo de divulgação e apreensão do conhecimento e da memória; e também como requerentes na subjetivação dessas mensagens, entendendo essas narrativas como uma “contenda pela representação da realidade” (GINZBURG, 2007, p.56).

As séries, elementos fundamentais para a compreensão das subjetividades contemporâneas associadas às novas formas de consumir e experienciar o conhecimento e a arte, são um “micromuseu imaginário vivo, que pode ser considerado metáfora (se não, caricatura) da sociedade contemporânea” (AZUBEL, 2018, p.32). Assim, para entender que esses produtos são narrativas que podem manifestar formas de ver, pensar e sentir o mundo, visamos analisar de que forma isso acontece na prática a partir do foco na emissão da mensagem midiática e seus efeitos em discursos como memória, traumas históricos, guerra e conhecimento. Para isso, buscaremos como método de análise uma revisão bibliográfica que trate o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos grupos, sociedades ou povos como contribuição “para uma melhor compreensão do comportamento humano. Esse método realiza comparações com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. (MARCONI, 2003).



## Colonialismo, Guerras e Memória

Quando os brancos chegaram, eles foram admitidos como mais um na diferença. Se os brancos tivessem educação, eles podiam estar vivendo no meio daqueles povos e produzindo outro tipo de experiência. Mas eles chegaram aqui com a má intenção de assaltar essa terra e escravizar o povo que vivia aqui. E foi o que deu errado. [...] Se você se sente parte dessa continuidade colonialista que chegou aqui, você é um ladrão: seu avô foi, seu bisavô foi. (KRENAK in. BOLOGNESI, 2018, p. 33)

O discurso do historiador e filósofo indígena Ailton Krenak é apresentado nos primeiros minutos de *As Guerras da Conquista*, parte integrante da série *Guerras do Brasil.doc*, que faz parte do catálogo da Netflix. O roteiro, que se apoia em depoimentos de antropólogos, historiadores e militantes da causa indígena, apresenta as causas e consequências dos conflitos entre as populações indígenas e os colonizadores brancos desde os tempos coloniais e que reverberam até a contemporaneidade. Buscando confrontar o discurso que considera harmônico o processo civilizacional brasileiro, o episódio traz argumentos que se baseiam não apenas nos ditos científicos de verdade, mas, também, na oralidade daqueles que buscam legitimidade por meio do que chamam de uma guerra pela manutenção da memória de seu passado. A fim de manter viva uma mnemônica que não se deseja ser esquecida, afinal, “o esquecimento do extermínio faz parte do extermínio, efetivamente” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p.32), a produção se utiliza do espaço da História Pública como meio para construir uma ressignificação acerca do que é chamado, na série, de “aniquilamento dos povos originários” a partir da ideia de resistência.<sup>1</sup> Por esse caminho, o documentário parece ir ao encontro da retórica sartriana sobre o processo de colonialismo nos países em desenvolvimento.

Mantidos por um sistema opressivo, ao nível do animal, não se lhes dá nenhum direito, nem sequer o de viver, e sua situação piora a cada dia: quando um povo não tem outro recurso senão escolher seu tipo de morte, quando não recebeu de seus opressores senão um único presente, o desespero, que lhe resta perder? É sua desgraça que se transformará em coragem. (SARTRE, 1968, p. 46)

O discurso da narrativa parece buscar uma produção testemunhal cuja linguagem e imagem compensem lacunas propagadas pelo senso comum por meio dos mitos (incluindo os fundacionais

---

<sup>1</sup> Quando utilizamos História Pública neste texto, nos referimos a produções narrativas destinadas a um público geralmente mais amplo, não restrito ao ambiente acadêmico e, também, não necessariamente produzidas por historiadores profissionais, como é o caso da série aqui analisada. Entretanto, estas narrativas são fundamentais para se problematizar a questão dos usos de um passado que se faz (no) presente e de como a memória, a história e o esquecimento competem no e pelo espaço público. Neste sentido, a série *Guerras do Brasil.doc* parece confrontar outras iniciativas recentes e bastante “bem-sucedidas” de História Pública, como é o caso dos guias “politicamente incorretos” da história do Brasil. Para mais informações sobre o conceito e estudos de caso sobre a História Pública, consultar Almeida e Rovai (2011). Sobre os embates entre historiadores e a produção historiográfica revisionista produzida por estes guias, consultar Malerba (2014) e Meneses (2018).



supracitados), trazendo a convicção de que a “imagem surge onde o pensamento - a reflexão - parece impossível, ou pelo menos suspenso: estupefato” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p.50). O percurso do episódio está em consonância ao pensamento pós-colonialista de Frantz Fanon (1961). Ao apresentar um processo contínuo de disputa pelo território e por poder, o documentário parece trazer um elemento de ambiguidade ao afirmar que os indígenas foram receptivos aos colonizadores e, ao mesmo tempo, resistiram ao processo de violência sofrido incessantemente pelas populações originárias. Também é mostrado que os portugueses se utilizaram das disputas entre as tribos, que eram originalmente guerreiras, para o aniquilamento dos povos nativos. Para Fanon (1961), no entanto, essa aparente passividade é o motor de uma violência contida que “transborda e resiste” por meio de diversas formas na busca por reconhecimento e poder.

O colonizado [...] está dominado, mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não convencido de sua inferioridade. Espera pacientemente que o colono relaxe a vigilância para lhe saltar em cima. Em seus músculos, o colonizado está sempre à espera. Não se pode dizer que esteja inquieto, que esteja aterrorizado. Na realidade está sempre pronto a abandonar seu papel de caça para tomar o de caçador. O colonizado é um perseguido que sonha permanentemente em se tornar um perseguidor. (FANON, 1961, p. 16)

O processo de colonização dos países em desenvolvimento se deu de forma violenta, invasora e exploradora, conforme argumenta Fanon (1961) em consonância com o roteiro seguido pelo documentário. O colonialismo, para o pensador, foi um sistema de dominação que ia muito além da economia: sua hegemonia também se dava no controle social e político da população dominada; seu legado era rejeitar os direitos do homem; submeter a população nativa à violência; conservá-la na ignorância e miséria; subjugar-la a um estado de desumanidade. A alteridade, nesse caso, o colonizado, era visto como um não-homem. Esse ponto de vista pode ser encontrado em *As Guerras da Conquista* nas seguintes passagens:

Lévi-Strauss mostrou isso muito bem: essa diferença de mentalidade entre os europeus e os povos indígenas americanos. Ao contrário dos europeus, os indígenas muito abertos à alteridade, a incorporar o outro, à diversidade, né, como parte sempre integrante de sua visão de mundo. Enquanto os europeus, não. Eles não vêem o outro. Eles quando vêem algo, eles projetam sobre o outro o que...o que eles querem ou o que eles não querem. No caso, por exemplo, o demônio, o pagão, o infiel [...]. (OLIVEIRA in. BOLOGNESI, 2018, p. 48)

[...]

Enquanto os índios ‘tavam’ [sic] querendo saber que tipo de corpo esse pessoal que chegou tem, né? Se eles são mortais, se eles apodrecem, se eles morrem, se eles ‘cagam’ fedido [sic]... Os espanhóis tavam discutindo... Os espanhóis, os portugueses, eles ‘tavam’ discutindo se esses caras tinham alma ou não, se podiam ou não serem escravizados, né? [...] (FAUSTO in. BOLOGNESI, 2018, p. 53)



No livro *O Espetáculo das Raças*, a historiadora Lilia Schwarcz (1963) também ratifica a ideia de que o europeu construiu uma imagem pessimista acerca de um outro que não fosse oriundo do velho continente.

Com efeito, as formulações simpáticas não viajaram entre os portugueses, que passaram muitas vezes ao largo do mito do “bom selvagem” e tenderam a ver a colônia americana mais através das pesadas lentes que denunciavam a antropofagia ou a visão pessimista dos jesuítas, preocupados com a gestão das almas. (SCHWARCZ, 1993, p.47)

A máxima fanoniana de que o mundo colonial é um mundo maniqueísta, onde forças antagônicas estão em uma divergência constante, ampara-se no modelo socrático-platônico, mas, também, na teoria do materialismo histórico-dialético e no existencialismo sartriano. Aquilo que chama de relação perversa entre colonizado e colonizador só pode ser desfeita a partir da violência, conforme sugere o autor. Isso acontece porque a violência que presidiu o arranjo do mundo colonial, segundo ele, destruiu os sistemas de referências econômicas e culturais da antiga colônia – algo que só poderá ser reivindicado no momento em que a “massa colonizada” decidir ser a “história em atos”. (FANON, 1961)

## Contenda pela representação do real

As imagens da guerra, do horror, do desespero, da revanche e da resistência constituem o processo de significação construído no primeiro episódio de *Guerras do Brasil*.doc. A “contenda pela representação da realidade”, conforme argumenta Ginzburg (2007), está presente no filme analisado e constrói uma relação que deve ser, repetidamente, analisada: o “conflito de desafios, empréstimos recíprocos e hibridismos” (GINZBURG, 2007, p.35), visto que as populações indígenas também buscam legitimidade em seus discursos por meio das chamadas “guerras culturais”. Para Frisch (2016), essas foram as batalhas que tiveram um crescimento expressivo nas reivindicações e movimentos populares dos últimos anos.

As chamadas “guerras culturais” ao redor do multiculturalismo e as reivindicações de comunidades ligadas a identidades de raça, gênero e sexualidade desafiaram os pressupostos da cultura nacional em muitos casos e em muitos lugares, e têm tido um valor especialmente forte na história pública. (FRISCH, 2016, p.37)



Frisch (2016) argumenta que muito embora a História Pública ganhe novos contextos e contornos a partir de uma prática que se quer refletida e institucionalizada (ou não), torna-se “uma espécie de variável dependente moldada pelas diferenças contextuais, pela constelação de forças em jogo na história de cada país e, por conseguinte, na representação pública de sua história” (FRISCH, 2016, p.49). A busca incisiva pelo reconhecimento da história e do passado dos povos indígenas como pauta de reivindicação é o tema central da narrativa em análise, que parece ter como fim um outro modo de narrar “uma história, mas somente uma história dentre inumeráveis histórias que podem ser encontradas e contadas pelos outros” (FRISCH, 2016, p.47). A memória – presente no documentário por meio das imagens e dos relatos – parece se apresentar como um ponto nevrálgico no processo de distinção entre aquilo que foi reconhecido como oficial e a desconstrução desse discurso.

Para Nietzsche (1999), a memória sempre foi um “problema” para o ser humano: a mnemônica nos limita aos acontecimentos progressos, tornando-os inapagáveis em nossa consciência. O resultado, para ele, é a inibição da nossa força, da ação correspondente a cada momento e não apenas à reação. Nietzsche (1999) acredita que a memória nos apequena à dor e ao medo de partir para o desconhecido, o novo. Ao abriremos espaço para a memória, o passado nos alcança e reflui dentro de nós, tornando a dor “o mais poderoso auxiliar da mnemônica” (NIETZSCHE, 2002, p.43). É como se o que passou não se esvaísse, mas permanecesse obstruindo o presente e impedindo o futuro em sua máxima plenitude. A consequência direta disso é que acabamos por entrar em um ciclo: o do ressentimento. Para o autor, esse ciclo nos faz desenterrar as vísceras do passado e do presente “atrás de histórias escuras e questionáveis, em que possam regalar-se numa suspeita torturante, e intoxicar-se de seu próprio veneno de maldade” (NIETZSCHE, 1999, p. 117). Nietzsche (2002) acredita que essa força afetiva interioriza os sentimentos os guardando na memória, no subterrâneo do indivíduo, impedindo uma ação ativa e retroalimentando a memória.

A volta ao passado traz a emergência da memória como uma das inquietudes não apenas do campo progressista, mas enquanto característica central das sociedades ocidentais pós século XX. Isso se deve, entre outros fatores, ao fato de que a civilização hesperica, incapaz de conviver com as diferenças e alteridades e de “tirar as consequências das relações insidiosas entre a modernidade iluminista, a opressão racial e a violência organizada” (HUYSSSEN, 2001, p.56) retorna à memória

como um meio para que a “verdade não canse de faltar” (ARENDR, 2005, p.33). E caso aconteça, acrescenta ainda a filósofa,

[...] encontraremos, contudo, instantes de verdade, e esses instantes são, de facto, tudo aquilo de que dispomos para ordenar este caos do horror. Estes instantes surgem de improviso, como um oásis no deserto. São anedotas que, na sua brevidade, revelam aquilo que está em causa. (ARENDR, 2005, p.33)

Para a pensadora, a memória social se faz necessária para a coesão da pluralidade dos grupos que compõem a sociedade, possibilitando um diálogo político que respeite as diferenças entre todos. Diferentemente de Nietzsche, a autora acredita que é a mnemônica quem mantém viva as características que compõem a identidade e a diversidade dos povos. Por isso, a “cultura da memória” (HUYSSSEN, 2001, p.38) se torna um jogo político discursivo que em Guerras da Conquista visa apresentar a luta e a resistência dos povos originários. A cultura da memória pode criar esferas públicas de memória do “real” contra as “políticas do esquecimento”, reforçando ou limitando as práticas de mnemônica nacional.

É claro que os debates sobre a memória nacional estão sempre imbricados com os efeitos da mídia global e seu foco em temas tais como genocídio e limpeza étnica, migração e direitos das minorias, vitimização e responsabilização. Quaisquer que possam ser as diferenças e especificidades locais das causas, elas sugerem que a globalização e a forte reavaliação do respectivo passado nacional, regional ou local deverão ser pensados juntos. Isto, por seu turno, faz perguntar se as culturas de memória contemporâneas podem ser lidas como formações reativas à globalização da economia. (HUYSSSEN, 2001, p.45)

Se as práticas atuais (e locais) da mnemônica estão associadas diretamente a um processo global, não é possível que se discuta a memória social sem considerar as novas tecnologias de mídias como seu veículo condutor. É necessário levar em conta que o trauma histórico associado à memória dos povos originários e ao processo de violência que eles dizem sofrer incessantemente também estão ligados à mercadorização e à espetacularização midiática.

## Holocaustização, Memória e políticas do esquecimento

Esse processo de uma certa “holocaustização” das guerras a partir de um trauma, que é comercializado, preenche uma função importante nas transformações contemporâneas da experiência temporal a partir da percepção e sensibilidade humanas: o passado vende tanto ou mais



que o futuro.<sup>2</sup> O termo do genocídio - que se refere, especificamente, às tragédias ocorridas no século XX contra a população de origem judia - é utilizado no documentário como forma de reconhecimento de uma sensibilidade compensatória a partir da memória, conforme segue o trecho:

O que se passou aqui durante o processo colonial é da (...) Se você colocar a demografia, como os estudos sugerem, na ordem de 80 milhões (de indígenas) pras Américas, isso em 1500, 1492, você verá que desapareceu boa parte da humanidade em 100 anos, né? Então...a gente normalmente não tem essa dimensão do fato. Talvez tenha sido, proporcionalmente na história da humanidade, um dos maiores **holocaustos** (grifo nosso) populacionais que a gente tem notícia. (FAUSTO in. BOLOGNESI, 2018, p. 61).

Essa disseminação de um discurso midiático associado a uma perspectiva globalista de memória local indica, como sugere Huyssen (2001), que “algo mais” está em jogo. Para o autor, o debate desses temas é uma febre mnemônica que ameaça consumir a própria memória. Ao discutir o bombardeamento massivo de informações na transmissão da mnemônica nas sociedades atuais, Candau (2006) também considera que uma das consequências disso é o próprio esquecimento. Para o autor, a cultura da memória pode ter como corolário a “indiferenciação dos acontecimentos, das lembranças, dos saberes [...] uma incapacidade de conferir sentido à gigantesca quantidade de informações adquiridas” (CANDAU, 2006, p.38). Ainda que isso ocorra, no entanto, o jogo político que se faz presente nas práticas de memória, segundo Huyssen (2001), contesta os mitos do cibercapitalismo em sua negação de tempo, espaço e lugar. Talvez esse seja o caso do documentário analisado. Para o autor,

As atuais culturas críticas de memória, com uma ênfase nos direitos humanos, em questões de minorias e gêneros e na reavaliação dos vários passados nacionais e internacionais, percorrem um longo caminho para proporcionar um impulso favorável que ajude a escrever a história de um modo novo e, portanto, para garantir um futuro de memória. (HUYSSSEN, 2001, p.24)

A partir das imagens e das reivindicações das vítimas do processo de colonização brasileiro, o documentário apresenta uma prática mnemônica visual: aquela que é capaz de ser partilhada por diversos povos, não importando a língua que se fale. O audiovisual - “vive de memórias reconhecidas

---

<sup>2</sup> A ideia de uma “holocaustização” da memória está relacionado a um olhar crítico sobre certa obsessão comemorativa das práticas e transmissões da memória na contemporaneidade. Potencializada pela proliferação de lugares e discursos circunscritos, principalmente, pelas novas tecnologias de informação e comunicação, esta espécie de reificação do passado acaba por inserir a memória nas lógicas da produção do consumo e do entretenimento, tornando-a uma espécie de “religião civil” do mundo ocidental, conforme apontam autores como Huyssen (2001) e Traverso (2012). Para uma leitura mais específica sobre o processo de holocaustização da memória na cultura ocidental/norte-americana, consultar Novick (2000).



ou não reconhecidas, uma fonte de conhecimentos, pública ou privada, que brilha com maior intensidade para uns e menor para outros” (CARRIÈRE, 2006, p.20), como argumenta Jean Claude Carrière (2006) em A Linguagem Secreta do Cinema. Para o autor, essa linguagem - a memória de imagens - “pode, às vezes, ser mais forte e duradoura do que a de palavras e frases” (CARRIÈRE, 2006, p.22). Segundo Thompson (1998), os indivíduos interpretam as formas imagético-simbólicas das mídias e as incorporam na compreensão que eles têm de si mesmos e dos outros, usando-as como veículos para reflexão e auto-reflexão. De acordo com o autor,

Apropriar-se de uma mensagem é apoderar-se de um conteúdo significativo e torná-lo próprio. É assimilar a mensagem e incorporá-la à própria vida - um processo que algumas vezes acontece sem muito esforço, e outras vezes requer deliberada aplicação. É adaptar a mensagem à nossa própria vida e aos contextos e circunstâncias que normalmente são bem diferentes daqueles em que a mensagem foi produzida. (THOMPSON, 1998, p. 45)

Ao receber mensagens midiáticas, os indivíduos podem, ativamente, modificar suas subjetividades a partir da experiência de formação cognitiva produzida no processo de apropriação das formas simbólicas. Esse processo que se faz de forma lenta e paulatina, retém algumas dessas mensagens e esquece outras: algumas, inclusive, tornam-se fundamento de ação e reflexão, enquanto outras se perdem no fluxo e refluxo de imagens e ideias. (THOMPSON, 1998, p.46). O acesso aos conteúdos de diferentes perspectivas simbólicas pode ser capaz de produzir experiências significativas na formação do indivíduo, uma vez que além dos produtos dispostos no catálogo do serviço de streaming, em nosso caso, a possibilidade da escolha torna o processo de autoformação ainda mais estimulante.

As experiências da Netflix sugerem que, quando dispõem do recurso de escolher qualquer filme de uma seleção de dezenas de milhares, os clientes não se limitam a mergulhar nos nichos de documentários sobre a Segunda Guerra Mundial para nunca mais sair. Ao contrário, tornam-se extremamente ecléticos em suas preferências, redescobrimo os clássicos num mês e migrando para a ficção científica no outro. (ANDERSON, 2006, p. 188)

Partindo do pressuposto de que a experiência de si é constituída a partir de uma construção narrativa, Larrosa (1994) acredita que “o que somos ou, melhor ainda, o sentido de quem somos, depende das histórias que contamos e das que contamos a nós mesmos. Em particular, das construções narrativas nas quais cada um de nós é, ao mesmo tempo, o autor, o narrador e a personagem principal” (LARROSA, 1994, p.52). Dessa forma, é de fundamental importância a compreensão da dimensão simbólica potencializada pela narrativa como auxílio para a formação das



subjetividades e identidade dos indivíduos que têm acesso a esse conteúdo. Ao ressignificarmos formas simbólicas pelo ato da leitura, estamos, portanto, envolvidos em um intercâmbio de experiências mediadas por outros tempos e lugares, que dialogam com nossas próprias experiências cotidianas. As mensagens que chegam a nós por meio da confecção narrativa se relacionam e conflituam com informações já antes possuídas – e, com isso, geram um embate interno a partir de um novo ponto de vista na produção da memória e do (re)conhecimento mútuo. Essas narrativas podem ser utilizadas pelos espectadores de maneira a compreender, apreciar e integrá-las em suas vidas a partir de atributos sociais e subjetivos dos mais diversos, circunscrevendo, assim, uma espécie de “mundaneidade mediada” que se dar entre o processo de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas. (THOMPSON, 1998).

## Considerações Finais

Ao término dessa análise, entendemos que a apreensão do conhecimento e do real por meio das narrativas seriadas é importante para debatermos o conteúdo simbólico desses produtos audiovisuais. No caso da narrativa em análise, vimos que a tentativa de apelo ao passado e à mnemônica como um construto para a rememoração a um estado doloroso e contínuo de guerra, revela um discurso de disputa política tendo o apelo à memória como reprodução de um dito de verdade. Ao olharmos para a memória em algumas de suas inúmeras facetas, como sendo aquela que pode provocar ressentimento – conforme argumenta Nietzsche (1999) – ou também como aquela que é capaz de manter a coesão e a pluralidade dos grupos em suas identidades e subjetividades – segundo Arendt (2005) – visamos ampliar a perspectiva a fim de deixar em aberto as possibilidades de efeitos de sentido trazidos pelo documentário. O audiovisual é condutor de uma linguagem simbólica e política que visa apresentar suas ideias, resultando em uma fonte para o conhecimento na construção da realidade.

Nesse sentido, *As Guerras da Conquista* apresenta um discurso que parece avaliar o presente como consequência de uma constante e incessante disputa por território e poder a partir da busca pela legitimidade da causa indígena. O documentário, assim, apresenta a visão do lado ambivalente do homem em sua contradição e agonia geradas no seio da modernidade: o alcance de uma sociedade estabelecida como nação gerou um passado sombrio à custa do genocídio dos povos



originários. Estes, seguem buscando legitimar seus discursos e ampliar suas posições políticas por meio das histórias, culturas, narrativas e das imagens que os re (a) apresentam.

## Referências

ALENCAR, J. de. Iracema. In ALENCAR, José de. **Obra Completa**, vol. III. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959.

ANDERSON, C. **A cauda longa**: do mercado de massa para o mercado de nicho. São Paulo: Elsevier Brasil, 2006.

ALMEIDA, J. R. de; ROVAI, M. R. (orgs.) **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ARENDDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2007.

AZUBEL, L. **Uma série de contos e os contos em série**: o imaginário pós-moderno em Once Upon a Time. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

BOLOGNESI, L. As Guerras da Conquista in. **Guerras do Brasil.doc**. Netflix, 26 min. SP, 2018.

CARRIÈRE, J. C.. **A Linguagem Secreta do Cinema**. Tradução de Fernando Albagli e Benjamin Albagli. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2006.

DIDI-HUBERMAN, G. **Imagens apesar de tudo**. KKYM; Lisboa, 2012.

FANON, F. Os **Condenados da Terra**. Ed. Civilização Brasileira, 1961.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREUD, S. A história do movimento psicanalítico; O futuro de uma ilusão; O Mal Estar na Civilização; Esboço de Psicanálise. Cinco lições de psicanálise. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FRISCH, M. A História pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de, SANTHIAGO, R. (orgs.). **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GINZBURG, C. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBBS, T. **Leviatã**. (Tradução de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva e Cláudia Berliner.) 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: Silva, T. T. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia**, n. 15, p.27-50, agosto 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENESES, S. Livros, leitores e internautas: os guias da história e os embates pelo passado através da mídia. In: ALMEIDA, J. R. de; MENESES, S. (orgs.) **História pública em debate**: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e voz, 2018.

NIETZSCHE, F. W. **O nascimento da tragédia**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **Humano, demasiado humano**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

NOVICK, P. **The Holocaust in American Life**. New York: Houghton Mifflin, 2000.

SARTRE, J. P. **Colonialismo e Neocolonialismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAVERSO, E. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.